

# EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL EM UM PRÉ-VESTIBULAR E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E NA INSERÇÃO SOCIAL DE ESTUDANTES TRANS, NEGROS E PERIFÉRICOS

*FORMAL AND NON-FORMAL EDUCATION IN A PREPARATION COURSE FOR COLLEGE ADMITTANCE AND ITS IMPORTANCE IN THE INDIVIDUAL DEVELOPMENT AND SOCIAL INCLUSION OF TRANS, BLACK AND PERIPHERAL STUDENTS*

 <https://orcid.org/0000-0002-7674-1978> Ana Cristina Fournier<sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Duque de Caxias, RJ, Brasil

Recebido em: 30 set. 2020 | Aceito em: 17 mar. 2021

Correspondência: Ana Cristina Fournier (ana.fournier@hotmail.com)

## Resumo

O texto aborda um dos capítulos de uma pesquisa realizada com os egressos trans do preparatório e que se encontravam na universidade em 2019. Uma reflexão teórica sobre como a educação formal e não formal se manifestam no cotidiano de pré-vestibular. Reflexões que contribuem com o entendimento da interpenetração das mesmas e não em suas categorizações. Tal combinação contribui para facilitar o percurso educacional dos estudantes de acordo com seu contexto e seus objetivos. Metodologicamente, esta abordagem qualitativa responde a questões particulares, pois se preocupa com uma realidade que não é quantificável e trabalha com questões de ordem subjetiva como motivações, aspirações, valores e atitudes. A amplitude da educação anuncia um ganho da dimensão de aprendizagem na vida de cada um.

**Palavras-chave:** Educação; Educação formal; Educação não formal; Pré-vestibular.

## Abstract

The text addresses one of the chapters of a research carried out with transgender graduates who were at the university in 2019. A theoretical reflection on how formal and non-formal education are manifested daily in the pre-university entrance course. Reflections that contribute to the understanding of their interpenetration and not in their categorizations. Such a combination helps to facilitate the educational path of students according to their context and objectives. Methodologically, this qualitative approach answers particular questions, as it is concerned with a reality that is not quantifiable and works with subjective questions such as motivations, aspirations, values and attitudes. The amplitude of education announces a gain in the dimension of learning in everyone's life.

**Keywords:** Education ; Formal education ; Non-formal education ; Pre-university entrance exam.

## Introdução

Para alguns, o que importa na educação é o processo de escolarização, para outros, a educação como instituição social. No aspecto social e histórico, em sentido abrangente, a educação compreende um conjunto de processos formativos que acontece no meio social,



intencionais ou não, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Em dimensão estrita, a educação diz respeito a maneiras intencionais de fomento do desenvolvimento individual e também da inserção social dos indivíduos (LIBÂNEO, 1988).

A educação abarca as influências do meio natural e social que perpassam o desenvolvimento humano e a relação do homem com o meio social. Fatores naturais como o clima, a paisagem, os aspectos biológicos e físicos, também exercem dimensão educativa e, da mesma forma, o ambiente social, político e cultural implica mais processos educativos. Os valores, os costumes, a organização social, as leis, os movimentos sociais, entre outros, são potências que são ensaiadas na prática educativa (LIBÂNEO, 1988).

A educação é “uma realidade que se modifica enquanto fenômeno social e histórico, em face da dinâmica das relações sociais, econômicas, políticas e culturais” (LIBÂNEO, 1988, p. 82). O processo educativo, segundo afirma o autor, estabelece-se em meio a relações sociais, ou seja, objetivos e conteúdo da educação são permeados pelas relações de poder existentes nas sociedades. Desta forma, ela é fomentada intencionalmente, dependendo dos fins que desejam os processos de interesse das diferentes classes sociais. “A educação enquanto atividade intencional é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social” (LIBÂNEO, 1988).

Segundo Gohn (2010), a articulação da educação com os percursos de formação dos sujeitos com a comunidade educativa do entorno apresenta-se como um sonho que nem sempre é fácil de ser realizado. Trazer o cotidiano dos estudantes para as vivências no espaço educativo é um dos objetivos dos espaços educacionais e urgente nas demandas da sociedade atual.

Em 09 de março de 1990, na Tailândia, na cidade de Jomtien, foi realizada a Conferência Mundial sobre educação para todos, dando origem a dois documentos denominados “Declaração mundial sobre educação para todos” e o “Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, onde as experiências das ONGs em programas de educação foram consideravelmente delineadas como possibilidade efetiva de trabalho na área educacional. A Declaração fornece entendimentos e novos questionamentos sobre as necessidades básicas de aprendizagem, além de situar compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos que são necessários a uma vida digna e mais justa em uma sociedade.

Nesse sentido, os países participantes foram incentivados a elaborarem Planos Decenais em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas. Partindo deste documento, a educação formal começa a ser formalizada como campo pertencente ao

*Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.7, N.3 - pág. 1666-1680 set-dez de 2021: “Dossiê Relatos de experiências e produção acadêmica” – DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2021.54914>*

setor educacional. Uma das vertentes que a categoriza dirige-se às disciplinas para a prestação de concurso de acesso à universidade. Essa mesma ação está exposta de maneira explícita e específica em pré-vestibulares. Ainda assim, alguns autores afirmam que os processos vivenciados neste espaço estariam inseridos na educação não formal, visto que os encontros e as aulas não acontecem dentro de escolas formais.

### **O preparatório para o vestibular em questão**

Na região de Niterói, o pré-vestibular funciona na sede há quatro anos. Os encontros, no ano de 2019, começaram no dia 04 de abril com uma aula inaugural no auditório da UFF (Universidade Federal Fluminense). O pré-vestibular conta com quadros docentes compostos por profissionais voluntários, formados nas disciplinas específicas e que possuem grande desejo de contribuir para a emancipação destes sujeitos e, também, na valorização deste grupo.

No pré-vestibular são desenvolvidas propostas pedagógicas geralmente restritas às experiências que os docentes possuem, portanto, são diferentes atuações, o que propõe uma certa liberdade de criar e perceber os movimentos existentes dentro de sala de aula, apesar da vertente “pré-vestibular” já englobar um desafio como um limitador de criatividade, visto que um dos focos mais específicos é o conteúdo que será utilizado em concurso. As relações vivenciadas no espaço entre a gestão, os professores e os estudantes, de acordo com as entrevistas, estão bem além do acesso à universidade.

Apesar do recorte trans, o grupo de estudantes aptos a se inscreverem no preparatório para o vestibular também pode ser composto por pessoas cisgêneros que se encontram ou não em situação de vulnerabilidade social. O curso funciona à noite, durante os dias úteis.

Em uma reportagem no jornal Folha da Diversidade (2019) – material compartilhado no espaço – afirmou-se que o preparatório para trans foi idealizado a partir do desejo manifesto por pessoas trans de encontrar novas alternativas de subsistência, afirmação da cidadania plena e a conquista de direitos em todos os espaços públicos e institucionais. O coletivo prepara travestis, transexuais e transgêneros para o exame do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), para que ingressem na universidade, consigam diplomas do ensino fundamental e médio e acessem o mercado de trabalho formal. O preparatório para o vestibular surge da necessidade de agregar os municípios da região Leste Fluminense (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Maricá e Rio Bonito) em um polo local.

Considerando a fala dos entrevistados, os estudantes rompem estereótipos associados a eles mesmos e acreditam que o estudo é uma maneira de transformar as invisibilidades

impostas. Importante salientar que a gestão também atua como uma rede de apoio que favorece e incentiva o projeto de vida de cada um dos seus estudantes e suas lutas na coletividade.

### **Pré-vestibulares sociais**

A partir do século XX, com as lutas dos movimentos sociais pelo direito à escolarização, os pré-vestibulares eram organizados para grupos marginalizados ou classes populares. Quanto a negação de direitos e as oportunidades para parcelas significativas da população no Brasil, os movimentos sociais continuaram se organizando, conforme salienta Nascimento (2008).

Ao longo da década de 90, novas mobilizações vão se configurando a partir de uma diversidade de “bandeiras” e de uma melhor distribuição social das lutas, embaladas por outras formas de interlocução no espaço público e pela defesa dos direitos das minorias. O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividades de diversas naturezas, enfraquecendo abordagens que consideravam o proletário com o sujeito único e privilegiado da história (NASCIMENTO, 1999).

O crescimento desorganizado do setor da educação formal, nos anos 70, sua burocratização e sua queda geral de qualidade levaram, nos anos 80, ao ressurgimento de novas formas de educação informal através de trabalhos na área da educação popular, e de experiências na área da educação não formal, geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares. Os anos 90 delinearão um novo cenário. A sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática. Ela tem sido auxiliada pela nova base jurídico-constitucional construída a partir de 1988 com a Carta Magna do país. (Gohn, 1999, p. 8)

Embora o foco esteja na preparação para as provas, esses cursos proporcionam questionamentos que trazem a dimensão política para o debate de um sistema assimétrico e excludente. Essa perspectiva dá o tom da prática educacional e alimenta um movimento em rede de conscientização e luta por direitos (SOUZA, 2019, p. 36).

Nascimento (2008) lembra que os cursos pré-vestibulares que trabalham com os temas do racismo, do preconceito e da discriminação racial, através do contexto das leis e ações afirmativas, marcam as iniciativas dos surgimentos dos chamados pré-vestibulares para negros e carentes.

No Brasil, existem indivíduos que podem pagar pela educação. Esses apresentam chances maiores de continuarem seus estudos. Já aqueles que fazem parte das classes populares e dos grupos sociais que não pertencem à esfera hegemônica (grupos que se apresentam com ideias dominantes, tanto no aspecto cultural como no econômico); para eles são fomentados treinamentos com mão-de-obra específica através de cursos técnicos; entretanto, muitos

seguem resistindo, mesmo através das mais diversas discontinuidades no caminho de acesso às universidades.

Os pré-vestibulares sociais se apresentam no campo dos “grupos que fazem um discurso radical em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e outros que atuam na obtenção de resultados imediatos, muitas vezes fortalecendo o discurso privatista na medida em que suas práticas possibilitam dizer que as instituições privadas podem garantir o acesso de estudantes de classes populares”. (NASCIMENTO, 2008, p. 59)

Os pré-vestibulares populares, de qualquer especificidade ou recorte, caracterizam-se como um movimento social, na perspectiva de inclusão social, identidade cultural, cidadania e empoderamento político. São mais extensivos frente ao reducionismo da reprodução de estratégias familiares na busca de sacramentar o acesso de seus filhos às universidades (NASCIMENTO, 1999; CARVALHO *et al.*, 2005).

Na perspectiva de transformação do sujeito e da emancipação, o fomento desse trabalho de preparação para o vestibular ganhou força na década de 90. Houve um importante movimento, no percurso dos pré-vestibulares para negros e carentes, pela atuação de entidades e militantes do movimento negro que trouxeram demandas para as discussões da desigualdade social na sociedade brasileira. Nesse sentido, os pré-vestibulares populares para negros e carentes já iniciavam-se sobre o aspecto da pluralidade política, tanto em relação às agendas comuns para os estudantes, como também ao perfil daqueles que fazem parte da construção deste lugar, deste espaço (SANTOS, 2005, p. 188; CARVALHO *et al.*, 2005).

O Movimento de Cursos Pré-Vestibulares configura-se como um movimento de movimentos, pois é constituído por múltiplos movimentos (cursos autônomos, redes de cursos e cursos que são projetos de ONGs, sindicatos, universidades, associações, igrejas etc.) e constituinte de formas não convencionais de fazer política e organizar a luta (não há uma instância centralizadora, uma direção ou coordenação geral, como nas formas de organização mais tradicionais). Mas podemos dizer, entretanto, que as práticas desse movimento de movimentos convergem para uma demanda comum: o acesso ao ensino superior. (NASCIMENTO, 2012, p. 61)

Apesar da demanda comum, muitas iniciativas são vistas para além do acesso à universidade. Nesses movimentos, há uma resposta no que tange as lutas dos movimentos negros além de conquistas para demandas de pessoas carentes. Acerca das percepções dos egressos que perpassaram pela iniciativa em questão, o pré-vestibular é um movimento de colaboração e contribuição para uma vida mais justa e, também, o acesso aos desejos de cada um dos envolvidos.

De acordo com Nascimento (2012), a busca pela inserção de pessoas negras e carentes nas universidades com uma construção política que reconhecia a necessidade de democratizar o ensino superior, de questionar a ausência de pessoas negras nos espaços elitizados das

universidades e de promover encontros e debates acerca desta realidade, elevou o patamar dos pré-vestibulares para negros e carentes para importantes núcleos de representação das lutas pelas políticas afirmativas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) avalia o desempenho escolar ao final da Educação Básica. Realizado anualmente pelo Inep, desde 1998, o ENEM colabora para o acesso à Educação Superior. Os resultados também permitem o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

O aumento dessas práticas educacionais acentua um direito à educação que se faz cada vez mais necessário com a tomada de consciência sobre a importância de manutenção de um diálogo sucinto com a sociedade e com tais grupos que caminham vivenciando seus direitos negados e, atualmente, o retrocesso das poucas conquistas no campo de direitos.

### **Educação formal e educação não formal – em consonância**

De acordo com Libâneo (1988), nas intencionalidades dos caminhos educacionais, existe a implicação de objetivos sociais e políticos, de conteúdos, métodos e metodologias, e ainda condições específicas de educação, o que possibilita aos indivíduos participações conscientes nos diversos grupos sociais.

Na análise dos elementos sobre a educação formal e a educação não formal, segue-se na compreensão de que existe a palavra formal na conjuntura das duas categorias, mas é preciso entender que “o formal refere-se a tudo que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura” (LIBÂNEO, 1988, p. 88).

Uma outra visão sobre a educação não formal é a de que “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos de população” (LA BELLE 1982, p. 2 *apud* GADOTTI, 2005, p. 2).

A definição acima, segundo Gadotti (2005), é um exemplo de conceituar em oposição (negação) a algo, a um outro tipo de educação que é a educação formal. Da mesma forma, insere-se à educação não formal como uma ausência da educação formal. Importante salientar que toda educação, de certa forma, é formal, visto que apresenta um aspecto intencional. Entretanto, a escola apresenta algumas marcações específicas do formal, como: a formalidade, a regularidade e a sequencialidade.

A educação que se apresenta com clareza e objetivos específicos e que é representada pelas escolas e pelas universidades, advém da educação formal, pois “ela depende de uma diretriz educacional centralizada como currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, *Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.7, N.3 - pág. 1666-1680 set-dez de 2021: “Dossiê Relatos de experiências e produção acadêmica” – DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2021.54914>*

determinadas em nível nacional.” (GADOTTI, 2005, p.2). Seria aquela planejada, com objetivos, sistemática como a educação escolar convencional. O que não se pode afirmar é que não exista educação formal em outras vertentes educacionais que sejam intencionais. “Portanto, onde exista o ensino, escolar ou não, a educação formal está presente” (LIBÂNEO, 1988, p. 88).

Não existe procedência na educação não formal, a mesma se delinea em escolhas sob algumas condições; existe sim, a intenção em seus percursos e a aprendizagem não é demonstrada por espontaneidades. Toda a aprendizagem gerada e compartilhada na educação não formal advém de processos de propostas e intenções, de acordo com Gohn (2010).

Em relação aos espaços, a educação formal pressupõe ambientes que sigam regras, legislações ou padrões comportamentais, determinados antecipadamente. E a não formal ocorre em espaços ou em situações que são coletivamente construídas, conforme desejos e orientações de determinados grupos, com participações anunciadas a partir das opções dos indivíduos que fazem parte dos processos ou até ocorrem por forças das experiências de cada um, mas ainda pelo ato da escolha, como afirma Gohn (2010).

De acordo com Trilla (2008), ações como suplência ou substituição acontecem quando uma organização assume as atividades da outra em uma determinada ação educativa, ação que pode ser relacionada aos pré-vestibulares. Nesse sentido, a educação não formal pode ser utilizada para suprir lacunas deixadas pela educação formal nos indivíduos. A interferência ou contradição dizem respeito àquelas situações em que as ações educativas realizadas nos diferentes espaços formativos geram controvérsias e conflitos. No entanto, segundo Gohn (2010) e Trilla (2008), na dimensão de categorização do preparatório em discussão, a mesma pertence à vertente da educação não formal, visto que ocorre em espaço diferente de escola e é uma ação construída coletivamente com determinação de sujeitos que se inserem no recorte de inadequação de gênero e sexualidade.

Gohn (2010) lembra que a educação formal requer aspectos como tempo, local específico, normatização das formas de se organizarem (inclusive a curricular), sistematização das sequências de atividades, tempos de progressão, disciplinamento, regulamento e leis, órgãos superiores etc. E na educação não formal existem outros aspectos como: a não organização por séries/idade/conteúdos e suas ações que atuam sobre aspectos subjetivos do grupo, como a ação educativa em questão trabalhando a cultura política do grupo e auxiliando na construção da identidade coletiva (ação que se relaciona especificamente com a militância do grupo nas questões trans).

Além de não substituir a escola, a educação não formal tem seu próprio espaço e em relação à sua formação:

[...] forma cidadãos, em qualquer idade, classe socioeconômico, etnia, sexo, nacionalidade, religião, etc., para o mundo da vida! Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política. (GOHN, 2010, p. 92-93)

Resumidamente, a autora aponta os seguintes objetivos da educação para a cidadania: Educação para a justiça social; Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); Educação para a liberdade; Educação para a igualdade e diversidade cultural; Educação para a democracia; Educação contra toda e qualquer forma de discriminação e Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Viu-se que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi aberto o percurso para a institucionalização dos processos que ocorrem na educação não formal, e na perspectiva da educação formal, dentre vários outros objetivos, o ensino e a aprendizagem são destaques de conteúdos sistematizados, regulamentados e normatizados, nesta mesma lei, conforme a LDBEN (2006), a escola tem como objetivo a formação do indivíduo com cidadania ativa, desenvolvendo-se nas diversas habilidades e competências.

Gohn (2010) ressalta que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) utilizou a expressão “educação não formal” para a educação de adultos. Nesta linha, a educação:

Associa-se diretamente ao aprendizado de conteúdos escolares, desenvolvidos por entidades de várias naturezas como associações, sindicatos, núcleos comunitários etc. O que difere da educação formal/escolar é o fato de se realizar em instituições diferentes das escolas e de utilizar métodos de ensino específicos. (GOHN, 2010, p. 25)

Abraçando o entendimento da autora, acolhe-se a compreensão de que a educação não formal também pode ocorrer em processos organizados e sistemáticos fora do sistema formal de ensino, surgindo como facilitadora para determinados tipos de aprendizagem.

A educação não formal abarca os pré-vestibulares sociais, por não estarem vinculados às normas da escola, porém, reiteramos que os aspectos da educação formal ainda se fazem presentes, como é demonstrado, por exemplo, no estudo das disciplinas elencadas para o concurso.

O tempo de aprendizagem é diferente ou igual na educação não formal? A categoria espaço e a categoria tempo na educação não formal, de acordo com Gadotti (2005), são flexíveis e demonstram respeito às diferenças e às capacidades de cada indivíduo. Sua maleabilidade é

demonstrada tanto em relação ao tempo como também nos diferentes espaços de educação não formal. Essa flexibilidade é notória nas ações de pré-vestibulares. Existe uma relação de confiança entre o curso preparatório e os seus estudantes que podem demonstrar comprometimento e apreensão dos conteúdos também de diversas formas.

Em conformidade com Trilla (2008), educação não formal é a metodologia, o procedimento, ou o agente, a instituição: é o marco no qual em cada caso se gera ou se localiza o processo educacional. Torna-se, então, um processo que deve ser valorizado, já que pode dar significado às transformações sociais. O autor declara, também, que a terminologia “educação não formal” ampliou-se no plano internacional desde 1975, além de tornar-se frequente na linguagem pedagógica:

[...] o termo consta nas obras de referência da pedagogia e das ciências da educação (dicionários e enciclopédias), dispõe de abundante bibliografia que não para de crescer, é utilizado na denominação de organismos oficiais, existem disciplinas acadêmicas com esse nome no campo da formação de educadores [...] (TRILLA, 2008, p. 33)

Tais categorias nem sempre são apresentadas organicamente ou de maneiras explícitas, mas se encontram funcionalmente relacionadas. O autor discursa que um tipo de educação não é melhor que outro, e sim que existe interpenetração destes espaços formativos.

As tais relações se estabelecem como: I- Relações de complementariedade que se apresentam como uma espécie de partilha de funções quando as instâncias educacionais formais não abrangem todas as dimensões da educação; II- Relações de reforço e colaboração quando propostas não formais ou informais reforçam ou contribuem com ações da educação formal; III- Relações de Interferência ou contradição quando a educação não formal contraria o que se aprende na educação formal; IV- Relações de suplência quando na educação formal são atribuídas funções que em relação aos conteúdos que, talvez, devessem ser transmitidos por outras instâncias educacionais; e V- Relações de substituição quando a educação não formal assume tarefas que deveriam ser da educação formal (TRILLA, 2008, p. 46).

Nas dimensões citadas acima, a relação de substituição adequa-se aos pré-vestibulares sociais, já que se espera que a educação formal possa conseguir preparar os estudantes para o acesso à universidade sem que seja necessário cursarem os referidos cursos preparatórios.

Baseando-se nas possíveis relações e saindo do entendimento sobre os rótulos “formal” e “não formal”, Trilla (2008) afirma que, na maioria das vezes, esses conceitos manifestam-se de forma comparável ou contrastável, entretanto, faz-se necessário um cuidado com as referências utilizadas na manifestação de tais conceitos com específicos aspectos e dimensões, para que, dessa forma, os mesmos possam ser possivelmente equiparáveis.

Em consonância, Gohn (2010) declara que existe a formação política nos processos da educação não formal, já que a mesma não é herdada e sim adquirida, capacitando a cidadania dos sujeitos e abrindo janelas para o entendimento dessas pessoas em relação aos seus papéis sociais. Quando se consegue construir um percurso voltado aos interesses e às demandas dos grupos assistidos, com ações que decorrem dos princípios de igualdade e de justiça social, há um desenvolvimento de uma educação para a cidadania.

A formação política, além da sociocultural, é um dos objetivos na educação não formal, além disso, a autora afirma que é preciso fundamentar a educação não formal em perspectivas solidárias e de interesses comuns, visto que esses aspectos fazem parte da construção coletiva do indivíduo.

O conceito de educação não formal apresenta-se como:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p. 33)

Evidencia-se, assim, que as aprendizagens vivenciadas pelos estudantes se relacionam com o cotidiano e com as suas experiências. A compreensão de como tais vivências podem ditar ou contribuir em seus projetos de vida é uma demonstração de autonomia. As aprendizagens e os saberes são inseridos na dinâmica da educação não formal:

Prática: como se organizar; como participar, como unir-se e que eixos escolher; 2. Teórica: quais os conceitos-chave que mobilizam as forças sociais em confronto (solidariedade, inclusão social, participação, cidadania, emancipação etc.) e como adensá-los em práticas concretas; 3. Técnico-instrumental: como funcionam os órgãos 32 governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis; quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc.; e 4. Política: quais são os seus direitos e os da sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quais são os obstáculos ou as dificuldades para o exercício dos seus direitos etc. (GOHN, 2010, p. 21)

As metodologias de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem apresentam-se demonstrando um grande leque de modalidades. “Os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico” (GOHN, 2010, p. 46-47).

O simbólico funciona através de símbolos e representa um sentido às condutas humanas. Em relação aos conteúdos, essa dimensão não está alheia à educação não formal. A autora declara que a aprendizagem de conteúdos relaciona-se com as possibilidades de leitura de mundo iniciadas pela própria compreensão do “eu individualmente” com as capacidades para *Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.7, N.3 - pág. 1666-1680 set-dez de 2021: “Dossiê Relatos de experiências e produção acadêmica” – DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2021.54914>*

se organizarem a partir de objetivos comunitários e voltados para resultados que solucionem desafios coletivos do dia a dia, gerados pelas participações em instâncias diversas.

Para que se desenvolva o processo de construção da cidadania, Gohn (2010) afirma que em uma compreensão política do mundo que o cerca, o cidadão precisa ter a autonomia de pensar e de fazer. Pensando além dos desafios cotidianos sistemáticos e tendo autonomia para ser e para intervir em uma leitura de mundo, através de metas e valores.

Existe uma importante relação entre a solidariedade e o papel da educação na construção da cidadania entre as pessoas. A leitura dos grupos populares em relação ao trabalho das instituições educativas é estratégia fundamental para se entender de que forma as pessoas desenvolvem a cidadania (FREIRE, 1996; GADOTTI, 1998).

Dessa forma, não se pode restringir como único objetivo do pré-vestibular social: o ingresso ao ensino superior. É preciso compreender seu aspecto socioeducativo que procura resgatar a autoestima e fornecer instrumentos para o entendimento e a aplicação dos conhecimentos escolares. Fomentar uma consciência crítica que faça com que os estudantes se percebam como agentes de transformação social.

Em muitos aspectos, os pré-vestibulares sociais acabam suprimindo demandas educacionais da rede pública “formal”. Chama-se a atenção para a educação não formal, que como assegura Gohn (2011), não visa substituir ou competir com a educação formal. “Deste movimento podem ocorrer parcerias entre outras frentes de trabalho, como as organizações sociais, ONGs e outros espaços da comunidade que tenham projetos sociais responsáveis, podendo colaborar para uma formação cidadã” (GOHN, 2011, p. 14).

No Brasil, a educação não formal coube aos movimentos sociais que fomentavam indagações sobre as desigualdades a que estava sujeita uma parcela significativa da população, e posteriormente, através de outros setores da sociedade. É preciso superar visões estreitas de processos educativos, como aquela onde se reduz a escolarização sacrificando a escola ou diminuindo-a em favor das várias alternativas de educação. É necessário entender as duas modalidades citadas: a educação formal e a educação não formal, em suas interpenetrações. Sem negar a escolarização que precisa ser vivenciada nas escolas e nem tampouco a vida social de cada um de seus estudantes (GOHN, 2010, p. 92; LIBÂNEO, 1988, p. 89).

A interpenetração torna-se incessante no que diz respeito ao método, ao local, à intenção e à organização. A educação formal e a não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que as modalidades de educação não formal não podem prescindir da educação formal (escolar ou não, oficial ou não), e as de educação formal não podem separar-se da não formal, uma vez que os educandos não são apenas “alunos”, mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, na política, na cultura etc. (LIBÂNEO, 1988, p. 95)

Nessa perspectiva, o autor afirma que a tomada de consciência pela qual os educandos são atravessados por um contexto global social requer uma prática educativa com intencionalidade, com caminhos orientados e objetivos baseados em conteúdos. Convém um esforço para dissolver reducionismos.

A dimensão política agrega-se aos indivíduos e aos grupos que perpassam pela educação não formal. Segundo Gohn (1999), a educação não formal fomenta um processo de formar o cidadão, de capacitá-lo para o trabalho, de organização comunitária e, inclusive, uma aprendizagem de conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Da mesma forma, Gadotti (2005) afirma que os indivíduos capazes de entender a dimensão política no contexto individual e no contexto coletivo demonstram uma diversidade de conhecimentos que fomentam estratégias de resistência e percursos de sabedoria. A educação proporciona conhecimento e:

O conhecimento serve primeiramente para nos conhecer melhor, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias, serve para conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e competências do mundo do trabalho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política e econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo. (GADOTTI, 2005, p. 4)

E quando se fala em conhecimento na educação, a referência não se faz apenas à educação formal. A participação da sociedade civil nas esferas públicas, segundo Gohn (2010), não visa à substituição do Estado, mas ao empenho na luta por uma educação de qualidade para todos, que é um dever do Estado. A participação dos cidadãos ocorre, em grande parte, através de ONGs, movimentos sociais, fóruns, assembleias e organizações colegiadas institucionais.

Defende-se, mais uma vez, a não oposição entre a educação formal e a educação não formal de maneira a não compactuar com a desvalorização da escola. A educação não formal dá uma grande contribuição à educação formal e vice-versa, sobretudo nas várias dimensões já citadas anteriormente. A educação não formal “tem um lugar mediante procedimentos ou instâncias que rompem com alguns ou algumas das determinações que caracterizam a escola” (TRILLA, 2006, p. 39).

Nessa dimensão, segue o entendimento do autor, que além de se distinguirem pela definição temporal da escola, também se diferenciam pela relação ao sistema educativo regrado que vai da pré-escola até os estudos universitários, estrutura educativa graduada e hierarquizante, orientada à outorga de títulos acadêmicos. Portanto, a escolha de critérios orientará a análise de um lado ou outro da fronteira. Norma legais e administrativas que recaem sobre a educação formal como calendário escolar e titulação docente têm seu caráter não

obrigatório na educação não formal, fatos que trazem facilidade para que os métodos e as estruturas organizacionais sejam mais flexíveis e adaptadas aos sujeitos.

Passando para uma análise mais intuitiva, “tais categorizações se intrometem mutuamente e oferecem uma imagem muito distante do que resultaria de considerá-las compartimentos estanques.” (TRILLA, 2006, p. 49). Determinada instância educacional pode ser considerada pertencente a um dos dois tipos de educação e ao mesmo tempo abarcar aspectos ou processos próprios do outro. Tampouco estaria fora de contexto programas híbridos que acolham ambas as dimensões de educação, de melhor maneira, adaptáveis aos seus contextos ou destinatários.

## Conclusão

No preparatório para vestibular, fica notória uma aprendizagem que vai além dos conteúdos específicos para a prestação do concurso, um refinamento de consciência sobre os mais diferentes contextos (classe, gênero, raça, invisibilidade, questões sociais, dentre tantas outras), mobilizando os envolvidos num trabalho de solidariedade e apoio.

É estabelecida uma diretriz educacional também centrada no currículo que pode ser relacionada à sequencialidade e à regularidade, visto que as disciplinas e os conteúdos são cobrados na prova do ENEM, a partir das dinâmicas do tempo com as datas anuais das provas e as inscrições nos vestibulares, além do linear das explicações dos conteúdos para a compressão de forma mais ajustada ao entendimento.

Ao analisar a educação não formal, propomos pensar também a educação formal, não as vendo como categorias distintas, mas sim, com a relação de permeabilidade entre elas. Demonstramos que na educação não formal podemos encontrar aspectos da educação formal, e vice-versa, como é o caso do preparatório para o vestibular que orienta e medeia conteúdos de disciplinas obrigatórias diversas presentes na educação formal e também como característica da educação não formal, trabalha com adaptável tempo de aprendizagem, focando-a juntamente com o fomento da consciência política e da autonomia de cada estudante trans.

Gohn (2011) salienta que é impossível se conformar diante de espaços dominados pela ordem tradicional, com uma estrutura arraigada na hegemonia da sociedade, tornando-se necessário fomentar a criatividade de ações em novos espaços, voltando a atenção para os processos de educação não formal, visto que nela é que se desenvolve um papel que pode ser vivenciado também na escola. “Precisamos de uma nova educação que forme o cidadão para atuar nos dias de hoje e transforme culturas políticas arcaicas, arraigadas, em culturas políticas transformadoras e emancipatórias” (GOHN, 2010, p. 72).

Ver a educação apenas como prática social que se mostra nos movimentos sociais empobrece a Pedagogia, como também vê-la apenas no ambiente escolar tradicional empobrece uma visão da importância de contextualizar as práticas educativas.

Tão insipiente seria estabelecer que toda “culpa educacional” deve recair nas escolas ou que na educação não formal existe a mágica para dar certo. O que se quis demonstrar a partir destas problematizações é que se deve dar a importância devida ao fruto de qualquer trabalho educacional e ao aprendizado inserido no processo de ambos.

## Referências

- CARVALHO, J. C. et al. (Org.). *Cursos Pré-vestibulares comunitários: espaços de mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2005.
- FOLHA DA DIVERSIDADE, JORNAL. Niterói, RJ: Grupo Diversidade Niterói nº 01, [2019].
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. *A questão da educação formal/não formal*. Institut International des droits de l'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5445484-A-questao-da-educacao-formal-naoformal.html>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M. G. *Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo, Cortez, 2010.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. Campinas, v. 16, n. 47 – Mai/Ago 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005). Acesso em: 16 set. 2020.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo, Cortez, 1988.
- NASCIMENTO, A. *Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares*. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NASCIMENTO, A. O movimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e a Política de Cotas nas Instituições de Ensino Superior. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.2, nº. 1, 2012.
- NASCIMENTO, A. Universidade e cidadania – O movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *Revista Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº. 17, pp. 45-60, junho, 2008. Disponível em: Acesso em: 05 ago 2019.

SANTOS, J. S. A dimensão política das redes sociopedagógicas: uma descrição da experiência do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). In: CARVALHO, J. C. B. et al. *Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 174-188

SOUZA, L. Q. de. *Pré-vestibular PreparaNem: A construção de uma história voltada para o acesso das pessoas travestis e transexuais à Universidade*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/46511/46511.PDF>. Acesso em: 09 nov. 2019.

TRILLA, J. A educação não-formal. In V. A. Arante (Ed.), *A educação formal e não-formal: pontos e contrapontos*. Summus Editorial: São Paulo, 2008.